



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional

O TRABALHO PROFISSIONAL FRENTE À VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

Mariana Roque Pereira¹

Resumo: O presente artigo busca fazer uma análise crítica sobre o trabalho profissional do assistente social e sua atuação frente às demandas emergentes da violência estrutural enquanto expressão da questão social e seus embates na sociedade do capital.

Palavras-chave: Serviço Social; Violência Estrutural; Questão Social.

Abstract: The present article seeks to make a critical analysis of the professional work of the social worker and his action against the emerging demands of structural violence as an expression of the social question and its conflicts in the society of capital.

Keywords: Social Work; Structural Violence; Social Question.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre violência sempre ocupam lugares centrais nas pautas da sociedade, procura-se encontrar as causas e soluções para esse problema, há ainda uma pressão da sociedade que exige uma resposta das autoridades e aparelhos do Estado, na busca incessante pelo mau elemento causador dessas intempéries sociais. Esses indivíduos reproduzem o que a grande mídia impõe, se alienando e fechando os olhos para as causas originárias. A atual conjuntura nos traz um panorama muito nítido desse contexto, estamos passando por um retrocesso no que compete aos avanços sociais e demais direitos já garantidos outrora, fortalecendo formas opressoras e violadoras, tendo como principal apoio os aparatos repressores do Estado.

1. VIOLÊNCIA ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE

Apesar da violência não ser a categoria central fundante do ser, ela se vincula ao mesmo para atingir seu modo de sociabilidade, materializando-se sob o mando da sociedade do capital e de determinadas condições históricas causando um forte impacto na vida das pessoas. Segundo Silva e Carmo (2013), para compreendermos a categoria violência, devemos entendê-la “como categoria de análise, como complexo social possível de ser reconstruído como certo “concreto pensado” (não como “tipo isolado”, mas como

¹ Profissional de Serviço Social, Prefeitura Municipal de Iguape, E-mail: marianaroquepereira@gmail.com.

forma particular de materialização), objetiva-se a partir de determinadas condições e interfere na produção e reprodução do ser”.

Sendo assim, é preciso enxergá-la de maneira dialética, entendendo-a como uma complexidade, analisá-la a partir de condições concretas, observando a dinâmica da realidade e as contradições que a permeiam. Nesse sentido é necessário percebê-la como um complexo social que se manifesta no cotidiano e que se apresenta de formas multifacetadas, tais como a violência física, psicológica, estrutural, dentre outras, muitas vezes relacionadas a uma situação de opressão, violação de direitos, constrangimento, situações que levam à violência concreta e que se desdobram subjetivamente na vida desses seres sociais.

É necessário compreender a realidade posta nessa dinâmica social para assim fazermos uma análise concreta do tema, entender a conjuntura em que se passa a situação nos atentando a suas singularidades e subjetividades. Para isso, devemos seguir uma linha metodológica pautada na perspectiva da totalidade, pois dessa forma encontraremos várias mediações sobre a complexidade estudada.

Apanhar, neste contexto, a violência como categoria de análise exige um procedimento metodológico comprometido com a perspectiva da totalidade – que também, como categoria ontológica, possui uma existência para além da razão pensante. Em outras palavras, longe de qualquer tentativa de fragmentar ou de generalizar mecanicamente a explicação nas suas heterogêneas formas de objetivação, é preciso partir das demandas imediatas impostas à profissão e descortinar suas conexões universais reais que jamais se realizam como atos unicamente isolados. No entanto, isso somente adquire maior concretude na medida em que as particularidades da violência como complexo social e suas inúmeras mediações reconstruídas com o auxílio da razão, sejam explicadas para além das manifestações imediatamente constatadas pelos assistentes sociais em seu trabalho. (SILVA, 2008).

Deve-se levar em consideração que a violência é um acontecimento excepcional, que para ser concretizado são necessários seres sociais que a executem com intensidade, finalidades, intenções e interesses. Em geral, ela se manifesta através do uso da força, da opressão, e sempre vinculada ao sentimento de poder, de constranger o alvo em potencial. É um fenômeno socialmente construído e historicamente dado.

Dessa forma, percebemos que a categoria violência é um complexo social mediado por inúmeras particularidades e tem a participação ativa de seres sociais. Essa participação é dada por diversos fatores, incluindo as condições dadas em sociabilidade pelo mundo do capital. A violência se reproduz tendo por base causas, meios e finalidades, embora nem sempre seja idealizada previamente; mesmo sendo marcada por um universo de diversidades, as condições reais, concretas e objetivas são elementos fundantes para que as múltiplas formas de violência se estabeleçam.

É preciso, entretanto, considerar o “chão sócio-histórico” por onde tais relações – violentas – se constituem na sua totalidade, com base em um conjunto de regras socialmente dominantes, sustentados em uma forma historicamente determinada para produzir e reproduzir a vida de seres sociais, que oferecem as condições por onde se erguem diversas formas de violência que atingem e se perpetuam na esfera individual-social (aspecto esse, sim, absolutamente desconsiderado em muitos estudos contemporâneos acerca da violência ou “das violências”). Juntam-se a isso as formas de violência necessárias à reprodução do capital (essas, sim, diretas e estruturais), cotidianamente eternizadas como naturais e inevitáveis, como diferenças individuais ou como dívidas sociais, que frequentemente não são analisadas como violências: o pauperismo, as péssimas condições de trabalho, o desemprego permanente, entre outras manifestações diretamente vinculadas, nesse caso, à ordem social burguesa. (SILVA, CARMO, 2013 p. 89).

A violência tem uma importante relação com o contexto que ela perpassa, ainda que não estabeleça, necessariamente, uma relação direta com ele. Devemos levar em consideração a lógica neoliberal que agrega princípios e valores a essa sociedade e impõe isso socialmente, bem como a lógica do mercado com o “fetiche” pela mercadoria. Nisso há uma segregação e quem não segue esse parâmetro é um “desajustado”, socialmente e pessoalmente fracassado.

São, portanto, indivíduos sociais e historicamente constituídos a partir de princípios e valores (burgueses ainda que rearranjados sob condições socioculturais específicas), que oferecem o chão, em que se constituem individualidades sociais violentas, por onde são construídas alternativas que alimentam as individualidades e suas respectivas subjetividades. Isso significa que existe um componente violento que marca estruturalmente a ordem societária em curso, violência essa socialmente determinada, contida nas regras sociais naturalizadas como paradigmas que regem a vida social, que moldam o ser social, que oferecem os parâmetros sociais para que esse ser se constitua como ser social (inclusive violento), portanto, não apenas um ser em si mesmo, autor e criador de ações violentas unicamente a partir de sua “mente fértil e criminoso”. (SILVA; CARMO, 2014 p.92)

Desse modo, precisamos entender que a violência é um meio, não uma finalidade, e que é pautada na subjetividade dos seres sociais, bem como nas relações sociais nas quais ele está inserido, fazendo com que cumpra tanto o papel de agente como de vítima dos processos estruturais.

2. A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E A SOCIABILIDADE DO CAPITAL

Nos últimos anos a sociedade brasileira figura no grupo das sociedades mais violentas do mundo ostentando altos índices de criminalidade. Porém, para pensarmos em violência no Brasil hoje, temos que levar em consideração todo o período histórico pelo qual o país passou. Desde a sua colonização o Brasil tem raízes violentas, marcado por uma organização social baseada no latifúndio monocultor, uma sociedade escravocrata

(inicialmente com os indígenas e depois com os negros) de abolição hipertardia, em que todo modelo agrário-exportador estruturava-se sobre o trabalho escravo. A revolução burguesa brasileira do início do século XX acentuará o preconceito, o racismo e a exclusão social. Um país marcado por uma colonização mercantilista, pelo coronelismo, por crises econômicas, governos oligárquicos, repressores e um longo período ditatorial. Tal história contribuiu para o aumento da violência na sociedade brasileira.

A violência existe no Brasil desde os primórdios de nossa sangrenta colonização e, portanto, a estrutura social violenta nasce a partir da organização social calcada nas ideias oligárquicas e também burguesas, cujos herdeiros formam, atualmente, a elite brasileira, seja industrial ou de origem agrária. Os diversos segmentos da classe dominante unem forças diante dos interesses antagônicos advindos das classes trabalhadoras, as quais são mantidas em estado intencional de alienação, o que provoca uma das mais nefastas formas de condição do ser humano nesta sociedade. A alienação retira do homem sua consciência de importância no mundo do trabalho, mas não sua potencialidade de luta e organização, seja na esfera legal, ou até mesmo, nas chamadas organizações criminosas. (BRANDEMARTI, 2009).

Diante desse contexto, partimos da concepção que uma das expressões da questão social mais latente na atual conjuntura se dá através da violência estrutural, cujas marcas estão arraigadas no cotidiano da população, mas que por vezes passa despercebida, ou sequer é considerada uma violência. Para Peres (2002), existem múltiplos níveis de violência, sendo eles: macroestrutural, conjuntural, cultural e individual.

A estrutura política e os sistemas econômico e social aumentam a vulnerabilidade dos países à violência. Desigualdade e exclusão sociais, desemprego, regime político e eficácia das instituições governamentais e de segurança pública são alguns dos fatores que, do ponto de vista macroestrutural, favorecem o desenvolvimento da violência. O modo como esses determinantes são atualizados e expressos no cotidiano exemplificam os fatores conjunturais: aumento da criminalidade urbana, da delinquência juvenil, do crime organizado e da prostituição infantil, entre outros, são favorecidos por contextos marcados pela desigualdade social e impunidade e, por sua vez, favorecem a escala da violência em contextos específicos. Recentemente vem sendo dada importância aos fatores culturais e individuais que atuam como determinantes do comportamento violento, tais como atitudes, comportamentos e normas, padrões de relação familiar e de gênero, uso de drogas e álcool, entre outros. (PERES, 2002 apud CAVALLI, 2009).

Dessa forma, percebemos que a violência é um complexo social mediado por inúmeras particularidades e tem a participação ativa de seres sociais, embora nem sempre seja idealizada previamente, precisamos compreendê-la como um meio, não uma finalidade, pautada na subjetividade dos seres sociais, bem como nas relações com as quais ele está inserido, fazendo com que cumpra tanto o papel de agente como de vítima dos processos estruturais.

O capitalismo é um sistema que estruturalmente propicia a desigualdade, a injustiça social e a alienação dos indivíduos, sendo impossível pensar numa sociedade não violenta, igualitária e justa nestes moldes impostos por este modelo societário. Podemos dizer que após séculos, os cidadãos brasileiros nunca foram definitivamente livres e que a modernidade não trouxe melhorias nas condições sociais da população; pelo contrário, vem estabelecendo a cada dia novos parâmetros dentro da ordem social. Como analisa Costa (2005),

A modernidade não foi capaz de constituir um pacto que trouxesse melhorias para o desenvolvimento social. As guerras, a falta de democracia, a má distribuição de bens sociais, a discriminação, o desrespeito às diferenças, a incerteza, a involução de valores, muito além de anomalias contrárias à boa intenção civilizatória, foram constituintes do pensamento social hegemônico, especialmente do individualismo.

Incontestavelmente, as relações de trabalho na era monopólica são extremamente violentas, não respeitando a integridade e a subjetividade dos seres sociais, alienando-os e disciplinando-os da forma que melhor convém ao mercado. Silva e Carmo (2013) classificam esse contexto como “processo que humaniza as coisas e desumaniza os homens”, no qual arbitrariamente se materializam as relações humanas e se solidifica o sistema.

A violência e a criminalidade são produtos inevitáveis na sociedade de consumidores na qual vivemos. O sistema em que estamos inseridos tem suas relações pautadas na exploração do homem pelo homem, na dominação e na alienação, propiciando o tensionamento da divisão de classes que faz com que as desigualdades sociais se intensifiquem cada vez mais. Sem possuir acesso aos bens e riquezas socialmente produzidos, as camadas sociais baixas da população não encontram condições dignas. A busca por um lugar no mercado de trabalho torna-se incessante, porém, quase sempre sem sucesso. O crescimento do exército industrial de reserva², o desemprego permanente e a precarização em todos os níveis da vida social, determinam a luta cotidiana pela sobrevivência.

A sociedade individualista compreende os graves problemas sociais como um fracasso pessoal, fechando os olhos para as crises conjunturais e estruturais, enxergando-as como crises individuais e socialmente gerenciáveis. Sales (2007), desponta pela lógica da privatização selvagem em que o familialismo, as oligarquias e os favores dão a tônica do projeto nacional. Destaca ainda, que entre os atuais dramas modernos que desestabilizam o

² Trata-se de um [conceito](#) desenvolvido por [Karl Marx](#) que faz referência ao desemprego dentro da economia [capitalista](#). Corresponde à [força de trabalho](#) excedente dentro do sistema que ora é absorvida pelo mercado de trabalho e ora descartada. O desemprego estrutural não descarta a noção de “exército industrial de reserva” que atua no rebaixamento dos salários, mas a cristaliza como algo permanente no cotidiano de importantes segmentos populacionais vinculados à classe trabalhadora.

Estado de Direito e a institucionalidade democrática são: a corrupção, a violência e o crime organizado. A autora ainda define a violência na nossa sociedade como:

[...] manifestação do poder, expressão de como as relações sociais estão aqui organizadas, de como capitalismo se engendrou e se perpetuou no país. É exploração, opressão e dominação, mas não somente força pura, é também ideologia e sutileza. Violência embora seja estruturalmente produzida pelas elites, como um dos mecanismos que sustentam e fazem a política e a economia, não constitui seu patrimônio exclusivo. Reproduzida pelos mais diversos estratos sociais, tende, porém, a ser associada de maneira reducionista e invertida, pelo senso comum, aos pobres e miseráveis, vistos como “classes perigosas” e de onde provem os “maus elementos”.

3. O TRABALHO PROFISSIONAL E SUAS RELAÇÕES FRENTE À VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

A sociedade brasileira vê a violência atravessar sua história como um fio condutor invisível, ela nada mais é do que uma manifestação de poder, é uma expressão de como estão organizadas as relações sociais e de como o capitalismo está engendrado. A atual conjuntura naturaliza a violência de diversas formas, como a guerra diária do crime organizado contra o Estado, na transformação de corpos em mercadoria, no tráfico de drogas, entre outras expressões da violência. Há também um clima de insegurança generalizado, gerando uma demanda social por medidas de segurança mais repressivas. A falta de confiança no Estado, na função de garantir a segurança da população, acaba resultando na segurança também como mercadoria, privatizando a função do Estado, abrindo brechas para seguranças paralelas, sistemas e regras particulares.

Este contexto nos leva a compreender vários “nós” vinculados ao Serviço Social, bem como seu espaço na divisão social e técnica do trabalho, compreendendo suas demandas e suas relações históricas, sociais, políticas e econômicas que moldaram a atuação profissional. A assistência social brasileira tem como principal papel atuar nos processos de reprodução social da vida, interferindo em situações sociais que afetam as condições concretas em que vive a população em geral e, sobretudo, os setores mais empobrecidos da sociedade, objetivando melhorar essas condições.

Há, porém, vários entraves a serem enfrentados no cotidiano dos espaços socio-ocupacionais, como as políticas sociais que na atual conjuntura se mostram ausentes, precárias e focalizadas, em tempos neoliberais servem de moeda de troca do Estado e tendem a camuflar as desigualdades sociais, ao invés de perpetua-las enquanto direito social, como são de fato. Aliado a isso, temos a precarização do trabalho profissional, a falta de suporte e compreensão da política de assistência e de investimentos do governo.

Cavalli (2009) ressalta ainda que o trabalho interventivo do assistente social se dá no bojo da questão social que tem como expressão latente a violência estrutural, atuando diretamente com esses sujeitos marcados pelas violações e negações de direitos de um estado mínimo. Cabe ao profissional buscar mediações para enfrentamento e superação desse contexto, a serviço da classe trabalhadora e de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Sendo assim, sintonizar o Serviço Social com um dos principais desafios societários da contemporaneidade está na ordem do dia. É preciso formar profissionais com base teórica crítica capaz de compreender e intervir na realidade, questionar o cotidiano e o que está socialmente imposto, propondo alternativas a partir de condições objetivas. Para isso, se faz cada vez mais necessária a orientação crítica e política para guiar a profissão. O projeto ético-político do Serviço Social só se efetivará completamente se for incorporado de maneira consciente e espontânea pelos assistentes sociais, de forma a serem profissionais autônomos e transformadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos numa sociabilidade onde há uma naturalização da desigualdade, uma valorização da meritocracia e da defesa da apropriação privada da riqueza social. Dessa forma, aqueles que não seguem esses parâmetros são colocados ao acaso, excluídos, impossibilitados de qualquer ascensão social, bem como de constituir sua emancipação política e humana. Não conseguiremos alcançar outro nível de sociabilidade se não começarmos o embate direto contra as desigualdades sociais. A sociabilidade do capital é pulverizadora e eliminadora de direitos. Ela violenta, criminaliza e renega aqueles que não estão de acordo com suas lógicas.

Para compreendermos a violência estrutural é preciso enxergá-la de maneira dialética, entendendo-a em sua complexidade, devemos analisá-la a partir de condições concretas, observando a dinâmica da realidade e as contradições que a permeiam. Para isso se faz necessário respaldar-se em uma teoria social crítica com base no materialismo histórico dialético, já que este nos permite fazer uma análise de forma implexa e totalitária de toda a formação social, compreendendo a violência enquanto construção social, histórica, cultural e econômica.

Apanhar, neste contexto, a violência como categoria de análise exige um procedimento metodológico comprometido com a perspectiva da totalidade – que também, como categoria ontológica, possui uma existência para além da razão pensante. Em outras palavras, longe de qualquer tentativa de fragmentar ou de generalizar mecanicamente a explicação nas suas heterogêneas formas de objetivação, é preciso partir das demandas

imediatas impostas à profissão e descortinar suas conexões universais reais que jamais se realizam como atos unicamente isolados. No entanto, isso somente adquire maior concretude na medida em que as particularidades da violência como complexo social e suas inúmeras mediações reconstruídas com o auxílio da razão, sejam explicadas para além das manifestações imediatamente constatadas pelos assistentes sociais em seu trabalho. (SILVA, 2008).

É necessário entender a realidade posta nessa dinâmica social para assim fazermos uma análise concreta do tema, compreendendo a conjuntura em que se passa a situação e atentando para suas singularidades e subjetividades. Fazendo-se intrínseco seguir uma linha metodológica pautada na perspectiva da totalidade, pois dessa forma encontraremos as mediações sobre o objeto estudado. Para isso, faz-se extremamente necessário que o profissional do serviço social tenha uma postura estritamente ligada ao projeto ético-político da profissão, tendo uma atuação coesa e em sintonia com a construção de uma nova ordem societária.

REFERÊNCIAS

BRANDEMARTI, Heloisa. **A trajetória de vida de adolescentes que cometeram ato infracional**: um estudo sobre jovens egressos da FEBEM de Ribeirão Preto/SP. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, 2009.

CAVALLI FRANÇA, Michelle. Violência Estrutural. Enfrentamentos para o Serviço Social? **Revista Intertemas**, v. 5, p. 1-21, 2009.

COSTA, Ana Paula Motta. Adolescência, violência e sociedade punitiva. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 26, n. 83, p. 63 - 81, 2005.

IAMAMOTO, Marilda V. O **Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001

GOMES, Romeu. A Análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). Ciência, Técnica e Arte: O desafio da Pesquisa Social. In: _____. (org.) **“Pesquisa social: teoria método e criatividade”**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SALES, Mione Apolinário. **(In)visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência, São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Violência e Serviço Social: notas críticas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 265-273, 2008.

_____. O recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 28, n. 89, p. 130 – 154, mar. 2007.

SILVA, J. F. S.; CARMO, O. A. . Sociabilidade burguesa, violência e Serviço Social. In: SILVA, José Fernando Siqueira da; SANT'ANA, Raquel Santos; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. (Org.). **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, v. 1, p. 85-109.